



DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO UM CHAMADO À AÇÃO

Nós, cidadãos do mundo, exortamos todos os governos, profissionais, empresas e todas as pessoas a implementar o direito das crianças a serem amamentadas e o direito das mães a amamentar. As mães têm o direito soberano sobre seus próprios corpos e o direito de fazer escolhas informadas e os Estados têm o dever de garantir que não enfrentem obstáculos à amamentação e a alimentação complementar saudável.

A amamentação é um dos recursos mais importantes para enfrentar a crise climática, as desigualdades sociais e a violência. Faz parte da necessidade imperativa de proteger o meio ambiente e dar às gerações futuras a oportunidade de uma vida melhor e digna. A amamentação promove crescimento saudável e empatia desde o início da vida e é o mais importante antídoto contra a violência.

Esta é a conclusão dos debates da terceira Conferência Mundial da Amamentação, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2019, em conjunto com o 15o. Encontro Nacional de Aleitamento Materno (ENAM). Para esses eventos, 2400 mães, profissionais e especialistas do Brasil e 60 países da América Latina e do mundo se reuniram para avaliar os avanços na proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno desde 1981, quando o Código Internacional foi adotado.

Programas e incentivos à amamentação devem ser implementados para garantir que o direito humano à aleitamento materno seja respeitado. Deve-se limitar ou eliminar o consumo dos produtos ultraprocessados. Amamentar por dois anos ou mais protege o meio ambiente e deve fazer parte dos esforços ecológicos para salvar o mundo.

Existem documentos internacionais que incluem essa visão da amamentação e alimentação complementar saudável, como o Convenção dos Direitos da Criança (CDC), o Código Internacional, as convenções da OIT, o WBTi, a Declaração de Innocenti e outros. Devemos garantir que todos os processos de elaboração de políticas estejam livres de influência comercial.

Para isso os participantes no 3º WBC / 15º ENAM / 5º ENACS / 1º WCFC declaram o seu compromisso com as seguintes ações:

1. Continuação das políticas de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno e a alimentação complementar saudável: com Comitê coordenador e financiamento necessário assegurado.
2. Proteção da maternidade no trabalho: 6 meses mínimo de licença maternidade paga para todas as mulheres.
3. Proteção contra o marketing antiético de produtos que substituem a prática de amamentar: implementação do Código Internacional e das leis nacionais.
4. Apoio ao parto humanizado com reforço à Iniciativa Hospital Amigo da Criança, aos bancos de leite humano, ao cuidado mãe canguru e aos grupos de apoio mãe-a-mãe, mediante praticas de aconselhamento.
5. Emergências graves comprometem a saúde das crianças e nas emergências a amamentação deve ser o primeiro recurso, seguindo as orientações internacionais.

Nós, cidadãos do mundo, continuaremos trabalhando para alcançar esses objetivos e lutando pelo cumprimento desses instrumentos e fazemos um chamado a todos os governos e cidadãos do mundo a participar dessa luta.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 2019